

TEMPO DE ESQUECER, TEMPO DE LEMBRAR... MEMÓRIA E GÊNERO DAS HISTÓRIAS DE JOINVILLE*

Janine Gomes da Silva

Resumo: O presente artigo expõe dois momentos específicos da história da cidade de Joinville (SC), a partir, especialmente, das memórias de diferentes mulheres que vivenciaram experiências permeadas pelas dificuldades enfrentadas durante a Campanha de Nacionalização (1938-1945) e, posteriormente, pelas comemorações do primeiro Centenário da cidade (1951). Salienta-se que ouvir as diferentes narrativas foi extremamente interessante, pois os discursos oficiais sobre esses dois momentos da história da cidade ganharam, a partir das memórias de Maria, Walta, Jutta, Helena, entre outras, enredos que vão além de uma história de traumas ou comemoração.

Palavras-chave: memória feminina; Campanha de Nacionalização; Centenário de Joinville.

Foi uma época esquisita. E éramos considerados quinta-coluna. [...] Magoava porque a gente não tinha nada com a Alemanha [...] nós nos fechamos dentro duma cápsula, ficamos dentro de casa; depois da guerra é que começou, novamente, a gente sair, as amizades. [...] Mas realmente durante os anos de guerra, aquilo meu, a família fechou-se, e fora isso você também não podia sair de casa, porque estava tudo escuro.

Jutta Hagemann da Cunha¹

O Centenário foi uma festividade fora de série porque começou os preparativos, todo mundo ajudou... Foi uma atividade muito bonita. [...] É, os preparativos eram ótimos.

Helena Richlin²

As narrativas de Jutta e Helena são duas entre tantas que apontam para os medos e os festejos de dois momentos específicos da história de Joinville. São memórias de diferentes mulheres que vivenciaram experiências permeadas pelas dificuldades enfrentadas durante a Campanha de Nacionalização (1938-1945) e, posteriormente, pelas comemorações do primeiro Centenário da cidade (1951). No caso das histórias que me proponho a narrar, elas têm como cenário a cidade de Joinville, localizada na região nordeste do estado de Santa Catarina. Embora já existissem alguns moradores na região antes da sua "fundação oficial", a história dessa cidade costuma ser contada a partir da chegada dos primeiros imigrantes europeus, em 9

de março de 1851, vindos principalmente da região da atual Alemanha. Daquela data em diante, a cidade foi recebendo imigrantes de várias origens, mas, no “tempo da colonização”, apesar da presença de suíços e noruegueses, por exemplo, o perfil da cidade foi tornando-se “germânico”. Como em tantas outras cidades de colonização alemã, especialmente, no Sul do Brasil, falava-se alemão. E esse “falar alemão” espalhava-se por todos os lugares: nas casas, nas ruas, nas escolas, nas igrejas, nos estabelecimentos comerciais, nos órgãos públicos e na imprensa.

Aos poucos, Joinville foi se construindo como uma “cidade germânica”, onde as práticas culturais dos antepassados eram “preservadas” ou, quem sabe, muitas vezes “tradicionalmente inventadas” (HOBBSAWM; RANGER, 1997, p. 9-23). Mesmo com a presença de uma elite luso-brasileira que se firmou na cidade, já no final do século XIX, especialmente com a atividade ervateira,³ ao que tudo indica, as práticas culturais tidas como “dos alemães” se sobressaíam. De maneira geral, até o início da década de 1930, a cidade não tinha enfrentado muitos problemas decorrentes de sua origem étnica ou do fato de que seus habitantes falassem principalmente a língua alemã. Mas, nessa década, entre outras questões, o falar alemão tornou-se efetivamente um problema que estava sendo encarado durante o governo nacionalista de Getúlio Vargas.⁴

Os problemas intensificaram-se a partir de 1938 e ainda mais a partir de 1942, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo. Assim, o “tempo da Nacionalização” ia redefinindo algumas práticas. Importantes espaços de sociabilidades dos imigrantes e descendentes alemães, bem como escolas que ensinavam em alemão, foram fechados. A imprensa deixou de contar com o antigo *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia) e ouvir as notícias de rádio ficou cada vez mais difícil. Histórias de prisões, delações e humilhações passaram a fazer parte do cotidiano da cidade: para alguns, porque sofreram diretamente, para outros, porque “ouviram contar”, outros porque delataram e, para muitos, porque tudo aquilo não fazia sentido. Até hoje, para muitos descendentes de imigrantes que viveram “aquele tempo”, tudo aquilo ainda não faz sentido. Os moradores eram, na verdade, apenas descendentes de imigrantes; poucos eram de fato de nacionalidade alemã, mas, apesar disso, muitos também eram vistos como nazistas “quinta-coluna”. Dessa forma, a chamada “origem germânica”, a mesma dos “fundadores” da cidade, tão tematizada e esquadrinhada naqueles anos, por conta da perspectiva do “perigo alemão”,⁵ desencadeou outras práticas: muitos se fecharam ou silenciaram-se, outros transgrediram e outros, quem sabe, calaram-se por algum tempo para posteriormente fazer “emergir” elementos submersos desses acontecimentos renunciando outras histórias, especialmente, no período da comemoração do Centenário.

Os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial são importantes na ressignificação da imigração para a história da cidade. O “tempo do Centenário” é um tempo lembrado e muito festejado, pois, no pós-guerra, boa parte da sociedade local preparou desde 1946 os festejos do seu primeiro Centenário, marcando uma profunda relação entre as imagens da cidade e a preservação de uma memória a ser

(re)construída e (re)significada. O Centenário, organizado pela Sociedade Amigos de Joinville (SAJ), criada em 1946 pelo poder público municipal, foi amplamente comemorado em 1951, buscando fortalecer os laços com uma história pretérita, do “tempo da colonização” e dos imigrantes “pioneiros”. As histórias sobre o “tempo da Nacionalização” são inúmeras, especialmente as relacionadas à proibição do uso do idioma alemão. As conseqüências desse fato tiveram vários desdobramentos, porque a cidade, até então, costumava ter seus referenciais pautados na sua “origem étnica”, fruto da importância da imigração alemã no decorrer do século XIX. Todavia, se a princípio, em Joinville, a década de 1930 e meados da década de 1940 (quando a questão da valorização/desvalorização da “cultura germânica” foi utilizada politicamente) se apresentaram como um “tempo de esquecer”, marcado por experiências impregnadas de tensões étnicas, ao mesmo tempo, sinalizam para outras questões, que compreendemos ser valiosas para entendermos o significado do legado da imigração para a história local. Uma história da imigração que foi amplamente rememorada durante as comemorações do primeiro Centenário da cidade. Assim, o “tempo de lembrar” do Centenário pode ser perspectivado como um momento que “se faz” em oposição/relação ao “tempo de esquecer” da Nacionalização.

São histórias sobre a cidade de Joinville que afloram nas memórias de muitas pessoas e que podem ser contadas também pelas fontes orais e, neste caso, a partir das narrativas de mulheres. Entretanto, convém mencionar que a opção de utilizar a fonte oral, sobretudo com entrevistas de mulheres, sustenta-se no fato de já serem majoritariamente masculinas as vozes que ecoam das narrativas de outros suportes documentais, abrigados em espaços públicos, notadamente no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).⁶ Assim, ao trabalhar com a metodologia da história oral, ouvi, especialmente, narrativas construídas por mulheres, de diferentes camadas sociais, descendentes ou não de imigrantes alemães que, assim como Maria, “lembram de muitas coisas”.⁷ Priorizar a memória dessas mulheres, como principais interlocutoras de diferentes experiências desenroladas em Joinville nas décadas de 1930 a 1950, reside na perspectiva de que é possível, ao nos “(re)encontrarmos” com histórias de um tempo pretérito, perceber, a partir das minúcias e de uma série de outras questões, uma perspectiva de “memória feminina”.⁸ Não falo de uma memória *a priori* marcada pelo sexo. Isso seria, no mínimo, fruto de uma visão essencialista, pois há algum tempo, a categoria gênero vem nos mostrando o quanto as “diferenças” são construídas historicamente (SCOTT, 1990). Mas também é bom lembrar que essa categoria, que migrou para a história a partir da antropologia, introduz a importância da análise relacional, mostrando que é fundamental percebermos as mediações e as relações de poder que estão presentes nas construções sociais do masculino e do feminino. Dessa forma, ao analisar a história de Joinville, utilizando também a categoria gênero, estou entendendo, assim como Joan Scott e as historiadoras feministas da terceira geração,⁹ que as experiências são relacionais e, conforme essa perspectiva, “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado” (SCOTT, 1990, p. 5). Ou seja, são histórias relacionais, mas percebendo que, se diferentes

experiências são entremeadas por papéis considerados “masculinos” ou “femininos”, no ato de rememorar, as diferenças dessas experiências podem se fazer presentes.

Ressaltar a importância da memória feminina significa também relativizar as múltiplas experiências vivenciadas por mulheres e que por não estarem, na maioria das vezes, inscritas na documentação em geral, apontam as suas especificidades. A partir da intertextualidade entre memória e gênero, entrecruzados pelas narrativas orais, pode-se investir numa abordagem que indaga e percebe uma “memória feminina”. Trabalhar com as narrativas de mulheres, para dar visibilidade ao cotidiano vivenciado durante o Centenário e Nacionalização e, especialmente, para estabelecer outras leituras possíveis para práticas de um período que buscava “apaziguar-se” com o passado, parece-nos, portanto, um meio de “encadear experiências femininas, memória e gênero”.¹⁰

Uma memória que não exclui a “masculina”, que, além de ser perspectivada também nessa narrativa, está mais presente nos fundos públicos dos acervos. Trata-se então de trazer à tona uma outra memória sobre “aqueles tempos” da cidade, uma memória que resiste, subterrânea, mais “feminina”... Que passa por um outro registro, que lembra, por exemplo, do envolvimento na feitura das bandeirinhas para a decoração das ruas centrais, do trabalho cotidiano em embelezar a cidade, do artesanato confeccionado, dos detalhes dos bailes, dos desfiles... Mas que fala também da ausência, das que não participavam, das que não eram chamadas por não pertencerem à região central da cidade. Lembranças que emergem a partir das perguntas da entrevistadora e do momento em que vivemos e que também são ordenadas na forma de narrativa. Lembranças que não são melhores, nem piores, são diferentes. Lembranças que merecem ter visibilidade, pois as memórias das histórias de Joinville também são permeadas pelas marcas de gênero e podem assim ser observadas, contribuindo com a (re)construção de histórias sobre experiências sociais do passado.

As entrevistadas, após os primeiros silêncios ou as primeiras lágrimas, foram revelando minúcias daqueles anos. Aos poucos, foi se estabelecendo uma relação de confiança entre elas e a pesquisadora e, na maioria das vezes, o roteiro preestabelecido¹¹ foi incorporando várias outras perguntas, pois elas iam me indicando pistas, pessoas que poderiam me contar outras coisas, lugares que haviam sido mais significativos. Às diferentes narrativas, marcadas cada uma por uma história individual, relacionavam “lembranças, esquecimentos e silêncios” (POLLAK, 1989), apontando pistas para compreendermos a vontade de algumas pessoas ou grupos de esquecer alguns traumas do passado. Essas questões, que afloraram durante os depoimentos, principalmente quando tematizavam a Campanha de Nacionalização, insinuam negociações para conciliar algumas memórias da cidade. As narrativas orais iam aos poucos imprimindo à Campanha algo que extrapola a sua efetivação, através das leis autoritárias, fechamentos de escolas e espaços de sociabilidades, mas adentrando por um “universo do vivido” que infere sobre as delações, prisões, brigas, medos, angústias, receios nas brincadeiras de infância etc. “Detalhes” que dão

contornos ao cotidiano autoritário daquele “tempo de esquecer”. Possivelmente, o desprendimento dessas pessoas para falar desse tempo está relacionado outrossim ao fato de estarem mais velhas, pois, como aponta Alistair Thomson, na velhice um importante aspecto da lembrança “é a tentativa de dar sentido ao passar da vida quando ela se aproxima do fim”, como que num retrospecto “movido também pela necessidade emocional de estabelecer um contato com questões e experiências mal resolvidas [...]” (THOMSON, 1998, p. 288-289).

Leituras possíveis para histórias que marcaram o cotidiano de Joinville durante as décadas de 1930 a 1950. Leituras que se procurou construir a partir de discursos e de memórias que nos dão ou não efeitos de sentido. Histórias da cidade que pontuaram histórias de vida, pois, como menciona Ecléa Bosi: “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história” (BOSI, 1995, p. 418).

Sobre um “tempo de esquecer” ...

Por serem maioria, os descendentes de imigrantes que habitavam Joinville até o final da década de 1930 tinham, de certa forma, total liberdade para viver – no Brasil – numa perspectiva de valorização de um passado e de uma terra – a Alemanha – que muitas vezes não conheciam.¹² Em Joinville, essa característica dos descendentes de imigrantes nem sempre foi bem aceita. Mas, apesar do debate acerca do “perigo alemão” ser recorrente desde o final do século XIX, foi no período do Estado Novo que essa questão se tornou efetivamente um problema.¹³ Nesse sentido, a Campanha de Nacionalização, visando a uma nação homogênea e coesa, tentou combater todas as formas de expressão cotidiana dos imigrantes – o uso da língua foi proibido e também as reuniões, as associações recreativas e a presença de escolas alemãs.¹⁴

Os acontecimentos desse período foram, portanto, marcantes para a história da cidade.¹⁵ Através das memórias das mulheres que vivenciaram a Campanha de Nacionalização,¹⁶ é possível nos aproximarmos do cotidiano daquele período, conhecendo detalhes que não costumam estar contemplados na documentação dos arquivos públicos. Detalhes que permearam o dia-a-dia e que ganham contornos com as lembranças dos objetos, roupas, pequenas coisas que compõem uma memória do privado e que se constituem no que Michelle Perrot chamou de “práticas da memória feminina” (PERROT, 1989). Memórias que articulam o público e o privado, mas que inferem com mais encantamento sobre as histórias da esfera privada.¹⁷

No caso das histórias sobre Joinville, podemos perceber que eram as mulheres que estavam mais “ligadas” à língua alemã, especialmente, porque eram elas que, ao educarem os filhos, mantinham e reproduziam aspectos da cultura dos antepassados, como o uso da língua alemã. Muitas nem sabiam falar o português e assim se obrigaram a aprendê-lo de uma hora para outra, por vezes, ensinadas pelos filhos

que estavam sendo alfabetizados nas escolas brasileiras, como contou Irma: “Em casa era só alemão, fui pra uma escola em português, mas, quando cheguei lá, só sabia dizer sim e não em português... e, vem cá! Mas era assim naquele tempo, as famílias todas falavam só alemão. Até a nossa mãe aprendeu com nós”.¹⁸

O fato de as mulheres, principalmente as mais velhas, sentirem de forma mais enfática as dificuldades com a proibição do uso da língua alemã é recorrente em várias memórias. Algumas aprenderam com os filhos ou com o marido as primeiras palavras em português, ou ainda, aproveitaram, ao ensinar seus conhecimentos em alguma atividade, para aprender o português. Uma troca de experiências propiciada pelo fato de não poderem mais se comunicar em alemão. Foi assim que a mãe de Gerda, ao ensinar algumas jovens a costurar, começou a aprender a língua portuguesa:

Mamãe só falava em alemão, ela só aprendeu um pouco depois o português, porque ela ensinava costura para as moças. Ela até entendia, mas falava quase nada, assim. [...] Na época da guerra, ah! tristeza. A gente até que não, porque se virava, mas os mais velhos, meu Deus!, que sofrimento! Eram mais velhos pra aprender. Eram gente mais velha.¹⁹

Mas, se foram as mulheres descendentes dos imigrantes, principalmente alemães, que sofreram diretamente os efeitos da Campanha, as brasileiras, por vezes, também estiveram envolvidas. Umas, indignadas com a forma como tudo aconteceu, outras, aproveitando-se da situação para delatar, humilhar etc. Nesse sentido, uma história que chama a atenção foi narrada por uma entrevistada. Andreлина, por exemplo, nascida em Joinville em 1924, narrou uma cena, segundo ela “muito estúpida”, e que ficou sabendo por meio de uma carta. Sua prima, que não gostava de uma vizinha “de origem”, aproveitou o momento em que os alemães estavam com medo e resolveu vingar-se da moça. Para Andreлина, algumas pessoas brasileiras odiavam os alemães, porque eles não falavam o português: “Minha prima chegou a bater muito, tirou até sangue do nariz, pra se vingar, de raiva.”²⁰ Esta surra, lembrada por Andreлина, demonstra como a Campanha de Nacionalização, muitas vezes, fortaleceu práticas que nada tinham em comum com a justificativa de “abrasileiramento”, num processo que engendrou perspectivas de relações de dominação e legitimação. Aliás, as diferentes entrevistadas vêm apontando para o quanto as relações dos brasileiros em relação aos descendentes de imigrantes estavam presentes no cotidiano de Joinville: “Sempre tinha alguém que dedurava, que estava alerta para desmascarar a gente que estava falando alemão.”²¹

Suscitar a recordação, especialmente através da memória feminina, pode significar também adentrar em depoimentos intimistas, que revelam diferentes interpretações em relação a um momento que é comumente visto de forma “homogênea”: para os imigrantes e seus descendentes, a Nacionalização foi injusta. Refiro-me aqui especialmente às palavras de uma senhora, descendente de imigrantes, que ao falar daquele período infere que o que aconteceu foi bom. Para ela, realmente era um abuso a forma como os imigrantes e descendentes agiam e, mesmo sendo filha de

alemães, entendia que foi necessária a Nacionalização ter ocorrido como ocorreu. Para Annemarie: “[...]muitos mereciam o que eles faziam, sabe, talvez não, alguns não. [...] Achei que foi ótimo, devia ser assim mesmo, porque estamos aqui no Brasil tem que ser, se sentir brasileiro, então que voltem pra Alemanha né?”²²

As reminiscências de Annemarie sinalizam as “polêmicas” e as “disjunções” imbricadas nas memórias de histórias “heterogêneas”. Annemarie, como tantas outras mulheres, nascidas nas duas primeiras décadas do século XX, alfabetizou-se a partir da língua alemã. No entanto, “daquele tempo”, não carrega em suas lembranças o desconforto rememorado por tantas outras mulheres. Ao contrário, demonstra que “incorporou” o discurso da Nacionalização. E, sobre o presidente Getúlio Vargas, figura emblemática daquele período, referiu-se com carinho (e um sorriso): “[...] a gente sempre foi muito pelo Getulinho. [...] os alemães não sei... [...] eu gostei, eu gostava de muita coisa”.²³ Assim, se as experiências foram diversas, também são múltiplas as lembranças sobre esse período.

A questão da língua falada pelos imigrantes e seus descendentes passou a ser fortemente enfrentada pelo Estado e, de maneira geral, as histórias em Joinville sobre aquele tempo desenham uma cidade “germânica” que praticamente só se comunicava em alemão. Mas, através das falas de algumas entrevistadas, percebemos que existiam outras situações, como a do irmão de Walta, que apesar de descendente de alemães precisou ir para a escola para “Aprender a falar o alemão. [...] porque em casa quase não se falava ...”.²⁴ Obviamente, esse “aprender alemão” mencionado por Walta refere-se a um estudo mais formal, pois, embora “usasse” esta língua, o irmão não teria condições de conseguir um bom emprego se não falasse bem tal idioma. Foi assim, e preocupado com o futuro do jovem rapaz, que um amigo da família tratou de matriculá-lo na *Deutsche Schule* (Escola Alemã):²⁵ “A maior parte não pegava emprego se não soubesse falar alemão, [...] não soubesse alemão não podia ir ao comércio, não podia trabalhar nem em banco. Imagine. Então tinha que aprender.”²⁶

A situação do irmão de Walta é um exemplo de que, muitas vezes, não era por vontade própria que aprender o idioma era extremamente importante, mas pela configuração das relações de trabalho e de sociabilidades locais que positivavam a língua alemã. No dia-a-dia, pelo menos na família de Walta, priorizava-se o português e as exceções eram abertas apenas em respeito àqueles que não falavam o português, como por exemplo, seus avós: “Só quando eles estavam, era em alemão!”²⁷

Outros indícios apontam para outras práticas, como a da família de Margrit. Descendente de imigrantes austríacos e suíços, ela aprendeu a falar o português na escola, pois em casa “só se falava alemão”. Lembrou que na sua casa, às vezes, também falavam “o suíço”, mas não era sempre, era para as crianças não entenderem bem, quando a mãe queria “falar umas coisas”. Assim, “o suíço” era usado como um “segredinho”.²⁸ Apesar de algumas exceções e, embora algumas práticas se inscrevessem em português, de maneira geral, até a década de 1930, a origem, a

língua e os costumes dos imigrantes alemães e seus descendentes funcionavam como um divisor na cidade:

Olha, havia muita separação. Era uma colônia alemã, até as sociedades eram separadas. E os anúncios no jornal eram constantes, pra arranjar esse emprego precisa falar alemão, então tem firmas que ainda lembro delas até hoje. E havia separação, na sociedade só entrava alemão ou descendente de alemão, e tinha dos brasileiros, que no caso era o Clube Joinville [...] Tudo separado, não é como hoje, tem dinheiro paga e entra não, não era.²⁹

A cidade, como sinalizam várias memórias, era “toda separada”. A fala de Walta, em relação a esse aspecto, “é a mesma de Adolfo Bernardo Schneider, que menciona “essa separação”, “era um de cada lado, tudo separado”,³⁰ apontando que as lembranças das vivências de homens e mulheres ratificam a importância do olhar relacional, mesmo quando se fala sobre memória feminina. Histórias de distinções que começaram a ser redefinidas no momento da Nacionalização. “Naquele tempo”, conforme narrativas de várias pessoas, de um lado moravam os “brasileiros”, era o Brasil. Já do outro, moravam os “alemães” (na verdade, a maioria era apenas descendente de alemães e não de naturalidade alemã), era a Alemanha. Uma cidade dividida por uma linha imaginária que, para quem viveu naquela época, expressava uma cartografia bem nítida: mais para o sul da cidade os brasileiros, falando mais em português, e para o norte, os alemães, utilizando corriqueiramente o idioma alemão. Uma cartografia marcada por ruas antigas e que ainda são significativas. E os percursos do mapa de outrora até hoje são rememorados, como expressam as reminiscências de Jutta:

[...] pra nós, vamos dizer, na nossa família, não houve muita diferença, porque como nós falávamos português, quer dizer, meu pai sempre falou mais português conosco, porque meu pai aprendeu realmente a falar alemão e ler e escrever, com minha mãe, apesar de ele ter um nome alemão [...] Conrado Paulo Hagemann. Então ele morava, quer dizer, antigamente havia uma divisão aqui em Joinville, do Clube Joinville, agora Casa Sofia [localizada na rua do Príncipe]. Aqui pra baixo era o Brasil, de lá pra cima era Alemanha, então meu pai foi criado na Marinho Lobo, na antiga rua das Missões... [...] no Brasil, e minha mãe foi criada na rua Jerônimo Coelho, na rua Jacob Richlin, quer dizer, *uma rua adiante, mas lá já era Brasil*, então meu pai foi à escola do Padre Boergenhausen, e minha mãe foi à Escola Alemã. E meu avô, pai do meu pai, veio para o Brasil com quatro anos, e foi criado, no Brasil, né. Então, automaticamente, eles falavam mais o português. [...] a família foi criada no Brasil, [...] Com mais brasileiros... [...] ... do que com alemães.³¹

Os limites da “fronteira” não eram fixos. Seguindo o trajeto da rua, um pouco à frente, “já era Brasil”. Lugares que foram identificados por seus moradores com uma noção de pertencimento. Um pertencimento que, por vezes, pontuava práticas a serem seguidas, de um lado a “Escola do Padre”, ensinando em português. Do outro, a “Escola Alemã”, “perpetuando” a língua dos “pioneiros”.³²

A partir de 1938, as coisas começaram a ficar complicadas, especialmente, para os imigrantes e seus descendentes. Até mesmo as brincadeiras de infância foram entremeadas por essas experiências, como contou Margarida Kortmann: “Porque a gente brincava com os brasileiros, a gente era criança, às vezes, em qualquer briga eles chamavam a gente de quinta coluna.”³³

O “tempo da Campanha” foi realmente de medidas políticas incisivas e de “fechamento” de muitos espaços. Foi também um tempo em que histórias individuais foram duramente alteradas. O que mais chamou a atenção foi o fato de abruptamente os/as descendentes de imigrantes não poderem mais conversar na língua que estavam acostumados a falar. É a questão da língua, ou melhor, as dificuldades, por causa da língua, que atravessam quase todas as histórias sobre a Nacionalização. Mesmo aquelas pessoas que dizem não terem sofrido os efeitos da Campanha acabam lembrando de uma situação ou outra que se desdobra a partir de algum problema relacionado à proibição do falar alemão.

Nesses “tempos difíceis”, como mencionou Irma Richter,³⁴ as dificuldades por causa da língua estavam presentes nas mais corriqueiras atividades. Muitos se calaram ou se fecharam em casa, principalmente as pessoas mais velhas. Também, para ir ao comércio, por exemplo, moradores da cidade recorriam à ajuda de um dicionário ou de outras pessoas, como o açougueiro lembrado por Leonora, ao contar das dificuldades vivenciadas por sua mãe, que mal compreendia o português:

É, minha mãe custou aprender português até que no tempo da guerra, na Segunda Guerra Mundial, então ela ia no açougue, não sabia o nome das carnes, então ela levava um papel, o açougueiro já deu pra eles: “tal carne se chama assim”. E tudo aí ela lia, o que ela queria, era difícil [risos].³⁵

Mas, às vezes, a situação de silêncio ou o uso do dicionário alemão-português dava lugar às transgressões, como as várias pessoas que começaram a se comunicar num dialeto alemão – o *Plattdeutsch* –, que por ser um pouco diferente passava por inglês perante os militares e/ou os delatores que estavam sempre à espreita:

É que andavam muitos espiões. Militares à paisana, pra descobri, rondando, as casa assim, existia, pra vê especialmente onde tinha descendência de alemães ou mesmo alemães que tinha muitos alemães natos aqui. Eles andavam assim, até o pessoal, a origem alemã não podia falar alemão. Só que o mais interessante que alguns deles usavam o *Plattdeutsch*, é um alemão que parece muito com o inglês [...]. É até na escrita é diferente do outro. E aí elas falavam *Plattdeutsch*, eles [os militares] pensavam que tava falando inglês.³⁶

A utilização desse dialeto parece ter sido freqüente em alguns grupos. A família de Herbert e Elly, por exemplo, atribuem o fato de na sua região não terem tido muito problema com a interdição da língua porque falavam o *Plattdeutsch*: “Onde morávamos, na Estrada Suíça, não tínhamos tanto problema, porque éramos suíços,

tinha mais problema na região do Pirai, lá tinha mais alemães e lá alguns alemães foram presos.”³⁷ Atribuem, assim, a tal dialeto alemão – que eles acreditavam ser um dialeto suíço e que passava por inglês – o motivo de os moradores da região rural da Estrada Suíça terem menos problemas que os de outras regiões da cidade.

Os silêncios ou as transgressões na utilização do *Plattdeutsch* foram vivências de um período em que o Estado apostava na sujeição das pessoas por intermédio da língua. E para garantir a normatização da linguagem (e das práticas que a ela se ligam), o Estado não poupou esforços em prender ou “internar”. Na memória de quem morou em Joinville naquelas décadas, o antigo Hospício Schneider³⁸ ainda é associado à sua função de prisão durante a Campanha de Nacionalização:

No Hospício [...] lá colhiam as pessoas [...] segundo dizem que trancavam lá os prisioneiros que eles consideravam alemães perigosos. Eu vi conversa que judiavam, que batiam [...] mas que tinha presidio lá tinha, prendiam no batalhão e levavam pra lá, existia.³⁹

Narrativas como a descrita acima são exemplos de como as leis autoritárias da época da Nacionalização dão sentido a histórias de um tempo passado. Mas essas tensões pioraram ainda mais quando o Brasil entrou na guerra.⁴⁰ Segundo as entrevistadas, foi a partir daí que se intensificou o sentimento de medo: pessoas estranhas ou mesmo vizinhos poderiam estar embaixo das casas escutando as conversas em alemão; chegavam notícias de conhecidos que foram presos, que tomavam óleo ou tinham o “bigode tirado à pinça”; que deixaram de conversar para não serem chamados que “quinta-coluna”... Mas a Nacionalização não chegou dentro das casas apenas vigiando as falas, que se tornaram para algumas verdadeiros sussurros, atingiu também os pormenores que compunham os cenários de suas histórias. Como não podiam ter em casa “escritos em alemão”, muitos objetos, como panos de parede, quadros, jornais, revistas, discos e livros foram “destruídos” pelos imigrantes e descendentes. Os relatos são inúmeros, como, por exemplo, o de Regina, que lembra das fronhas que sua mãe bordou e que foram enterradas junto com revistas e discos em um baú.⁴¹ Singelos objetos, que eram tão significativos para aquelas pessoas, foram também motivo de medo e preocupação. Frases ingênuas ou religiosas, por não estarem escritas na língua nacional, deixaram de enfeitar e/ou abençoar várias casas. As narrativas de coisas enterradas ou queimadas são várias. Mas há também aquelas narrativas que contam da astúcia de seus antepassados, como uma tia de Hildegard que enterrou muito bem embalado seus panos bordados com dizeres em alemão e seus livros na mesma língua. Segundo a entrevistada, “ela usou a cabeça, foi esperta”.⁴²

Nas memórias das entrevistadas, as histórias locais “misturam-se” com as histórias sobre a guerra. Para algumas famílias, como a de Jutta, a morte de um parente próximo está diretamente relacionada à guerra: “[...] minha vó realmente teve um enfarte, em função de bombas soltadas em frente a casa”.⁴³ Também a família de Regina Köhn perdeu uma pessoa da família “por causa da guerra”. Segundo ela, que na época tinha 13 anos de idade, seu avô materno, lavrador, natural da Alemanha,

“tinha tanto medo, tanto medo” que “fugiu de noite” e se jogou num rio: “[...] se afogou de medo. [...] Por causa da guerra ele fez isso”.⁴⁴

O medo sentido pelo avô, que o levou a cometer o suicídio, apesar de ser um “homem religioso”, permeia as lembranças de Regina. Ao rememorar o período da guerra, Regina fala de medo e morte, mas não lá longe, no *front*, e sim na história de sua própria família. Apesar dos pormenores de sua entrevista, ela própria demonstra achar que sabia muito pouco: “[...] foi em 43, é, é só isso que eu posso contar, mais nada”. Esse “só isso”, mas ao mesmo tempo tão repleto, mencionado pela entrevistada, dá a dimensão da importância do uso da metodologia da história oral. As lembranças do passado, trazidas ao presente através das narrativas orais, vão contribuindo aos poucos para que se possa ter uma história sobre o período da Nacionalização em Joinville mais repleta de experiências vivenciadas.

Sobre um “tempo de lembrar” ...

De 9 a 18 de março de 1951, a cidade de Joinville comemorou o seu primeiro Centenário, valorizando um passado de imigração, tentando mostrar o quanto os imigrantes do século XIX lutaram pelo Brasil. Apesar das dores recentes do “tempo da Nacionalização” e do ainda iminente discurso acerca do “perigo alemão”, as comemorações do Centenário positivaram a imagem do imigrante, principalmente do “pioneiro alemão”, sendo tudo preparado tendo em vista o efeito de sentido que o “comemorar” proporcionaria à cidade. As atividades foram inúmeras, coordenadas pela SAJ e pelo poder público local, e envolveram muitas pessoas.⁴⁵ E, diferentemente das histórias sobre a Nacionalização, as lembranças sobre o Centenário, que afloram através da memória feminina, transbordam num cenário festivo. As narrativas, que antes eram feitas em voz baixa, quase confissões que não deveriam vir a público, tornaram-se, repentinamente, ricas em detalhes que imprimem beleza, sucesso e, principalmente, harmonia na cidade.

Mas não são apenas as mulheres que lembram, com detalhes, do Centenário. Para Edgard Schtzmann, que era um menino na época das comemorações, os acontecimentos mais marcantes estavam relacionados ao Parque de Diversões e às bicicletas. Relatou detalhes de um concurso de bicicletas que ocorreu e, com seus olhos de menino encantado, registrou. Um registro que com o passar dos anos foi acrescido de outras conotações. No presente, Edgard, ao mencionar que o Centenário foi um “esforço grande, pra se mostrar uma festa, pra se mostrar uma cidade, pra se homenagear aqueles que construíram tudo aquilo”, também infere sobre o período anterior quando se “recebia uma carga repressiva muito grande”.⁴⁶

Apesar dessas observações, as lembranças de homens e mulheres sobre o Centenário vão assumindo um tom quase festivo: “Foi ótimo! A cidade estava linda!”. O que diferencia, por vezes, as narrativas são os detalhes relacionados, por exemplo, aos preparativos para ir “assistir aos festejos”: Maria da Luz mandou fazer um vesti-

do novo.⁴⁷ Aliás, são as mulheres as pessoas que mais comentam sobre os detalhes da tessitura do evento. Outras mulheres ainda afirmam que não puderam participar, pois os trabalhos nas propriedades rurais não permitiram ir “até ao centro”. Ema Augusta e o marido, por exemplo, moradores da Estrada do Sul, se revezaram nos passeios. Ele foi no domingo e ela num outro dia da semana, pois “tinha que ficar em casa por causa dos animais, tinha vaca [...] tinha o que fazer”.⁴⁸ Também, convém ressaltar que as memórias, especialmente dos moradores das regiões periféricas da cidade, são bastante diversificadas: Hildegard, moradora da Estrada Jativoca, menciona nem ter ouvido falar do Centenário.⁴⁹ Já a família Cercal foi de carroça, da região do Cubatão até o centro, especialmente para prestigiar as comemorações.⁵⁰ Além disso, outras famílias, que moravam distante do centro, vinham de bicicletas e as deixavam guardadas nas casas de parentes.

Pequenos detalhes que vão, aos poucos, dando outros contornos ao Centenário. Mas que, assim como outros relatos, ratificam o caráter grandioso do evento. Para Helena, “o Centenário foi uma festividade fora de série, porque, quando começaram os preparativos, todo mundo ajudou.”⁵¹ Essa idéia de pertencimento de todos dá a tônica aos diferentes discursos, concluindo sobre a grandiosidade dos festejos.

As narrativas, às vezes, são confusas, apresentando os próprios “retraimentos/transbordamentos” das memórias individuais (LE GOFF, 1994, p. 426). Se, para falar da Nacionalização, Helena fez questão de distanciar-se da narrativa – “Não! Não teve tanto problema assim, eu fiquei sabendo, mas não tivemos problema” – ao mencionar o Centenário, traz para muito próximo de si o envolvimento com os festejos – “todo mundo ajudou. Foi muito bonito, teve espírito de cooperação”.⁵²

Segundo Jutta, na SAJ os alemães se entendiam com os brasileiros, e o espaço privilegiado para combinarem todos os detalhes era um antigo clube fundado pelos imigrantes, a Harmonia Lyra, justamente um clube que tinha sofrido intervenção durante a Nacionalização. Foi nesse local que se discutiu a maioria dos eventos relacionados ao Centenário.⁵³

Várias são as narrativas que se referem ao Centenário como um momento grandioso. Possivelmente porque, a partir dali, não havia mais separação: “Era um grupo mais de alemães, mais tarde, o grupo já misturou, porque eu me lembro [...] É, depois da guerra, mas aí eu, eu me recordo bem quem é nesse grupo, aí a conversa já passava em português, não era só alemão. Por causa da represália.” Mas é bom lembrar que algumas falas divergem das narrativas acerca da beleza e união presentes no Centenário. Se para Irma o evento foi “imperdível”,⁵⁴ e para Anneliese “Joinville inteira virou um salão de festas”,⁵⁵ para Annemarie, de certa maneira, foi desnecessário, preferiu ficar de fora, achou tudo muito exagerado, pois “já se sentia bem brasileira”.⁵⁶

As memórias das festas apontam, de maneira geral, para o momento do Centenário, através da SAJ, como um momento em que as elites locais começaram a

tecer uma solidificação de uma memória pretérita no tempo presente. Uma memória que pode ser perscrutada nas narrativas orais. Segundo as entrevistadas, “os preparativos do Centenário envolveu a cidade toda”, mas esta referência – a “cidade toda” – aproxima-se mais dos moradores da região central. E as mulheres, principalmente, foram envolvidas com a decoração, bandeirinhas, bordados, coroas, recepção etc.:

[...] uma senhora, dona Érica Colin, essa gente trabalhou dia noite e fizeram guirlandas, com verde, tinha um verde, porque montaram, montaram duas coroas ...[...] Do desfile, essas eram todas envoltas em, em... com umas guirlandas verdes, aquilo foi tudo montado por... nada foi pago, eu acho, todo mundo ajudou, sei é que lá em casa tinha gente à vontade morando, pros festejos [...] Foi, foi, foi uma grande, grande, grande festa. A cidade, quando a gente andava assim na rua, você só via povo correndo, sabe, todo mundo, todo mundo tava agitado, todo mundo corria; bom, cidade pequena, né.⁵⁷

Nas narrativas das mulheres, quando essas se envolveram com os trabalhos para embelezar as ruas centrais da cidade, os detalhes a floraram, misturando a decoração da festa e o envolvimento para receber os convidados que vieram de outras cidades, com a chuva que quase estragou a festa e os “penteados” de algumas pessoas, como podemos perceber na fala de Anneliese:

Olha, eu lembro que Joinville inteira virou um salão de festas! [...] E a gente se preparou, havia os carros alegóricos, me convidaram. [...] eu não queria saber muito disso é, eu ficava em casa com a mamãe, com mais um grupo costurando bandeiras, bandeirinhas, invés de fazer de papel de seda ou de resto de revista, pegavam murim de tudo que é cor, nas Casas Pernambucanas. Só que eles não contavam com a chuva e que murim não segura a tinta. [...] Então estava lá a cidade engalanada, a rua do Príncipe inteirinha com aquelas bandeiras, rua XV inteirinha com aquelas bandeiras costuradas de tudo que é cor, de tudo que é feito, de pano, e a chuva dava o que dava. Eu não lembro bem qual a noite que não choveu torrencialmente, tava chovendo que acabou com os permanentes, com os penteadinhos, que todo mundo correu pra cabeleireira, todo mundo botou roupa de domingo, salto alto. [...] Vieram pessoas de todos os cantos do Brasil [...] Mas era aquele roteiro de receber em casa, porque os hotéis estavam cheios e não tinha hotel que chegasse.⁵⁸

Todavia, o Centenário costuma ser lembrado, não só pela decoração ou porque foi uma festa muito bonita, mas, também, porque naquele momento já não havia distinção. Pelo menos não de uma maneira tão evidente como anteriormente à Nacionalização, na precedente dividida cartografia simbólica da cidade (“lado brasileiro, lado alemão”): “Não, não teve distinção, naquela época eu acho que aquilo já tinha, aquilo já era uma coisa só, já não havia mais essa, essa coisa alemão e português [...] Já tinha, já tinha resolvido, já tinham resolvido, essa história do alemão e do português, do brasileiro.”⁵⁹

O empreendimento das elites locais para amenizar os traumas da Nacionalização acabou por valorizar uma história de imigração, mas permeada por discursos de

harmonia e de esquecimentos das diferenças, apostando, agora, no desenvolvimento da cidade. Uma cidade que deveria ser festejada como a cidade, fruto dos imigrantes, mas de todos os joinvilenses.

Assim, através das entrevistas, os pormenores apresentados nas diferentes narrativas vão compondo, também, uma história das mulheres de Joinville durante o período estudado, pois, “como em outros domínios, a história oral, na história das mulheres, tem suscitado múltiplos debates frutíferos” (THÉBAUD, 1998, p. 72). Histórias que afloram através das fontes orais. Histórias de mulheres que se mesclam às histórias presentes nas memórias oficiais dos festejos.

Memórias e “ marcas de gênero ” ...

As lembranças podem ser de diferentes maneiras problematizadas, são experiências de um tempo passado que carregam marcas de gênero, etnia, classe social, entre outras, e assim, cada “marca” dessas delinea um “trabalho de lembrar”. Dessa forma, é importante procurar conhecer as histórias “daquele tempo” em outras dimensões como, por exemplo, na perspectiva do feminino, por intermédio de entrevistas orais que problematizem a memória de mulheres que, ao recordarem, dão os seus contornos às lembranças sobre a cidade de 1951. Isso não significa, evidentemente, que os homens só têm memórias sobre o público, até mesmo porque as linhas divisórias entre público e privado são muito tênues. Eles lembram, sim, das “histórias do privado”. Assim como as mulheres, por vezes, mesclam as histórias da cidade com os acontecimentos que marcaram suas histórias pessoais, como o ano do casamento, do nascimento de um filho etc. Porém, nas suas narrativas, é muito mais o espaço público que se sobressai.

Na fala de homens que tiveram uma participação na política municipal como, por exemplo, Baltasar Buschle, ao ser perguntado sobre o Centenário e sua ligação com a SAJ, sua própria história foi pontuada com a participação como representante do Norte Catarinense no Plano de Obras e Equipamentos, entre os anos de 1955 a 1958, e como prefeito de Joinville entre 1958 a 1961, além, é claro, de ser empresário.⁶⁰ Suas histórias pessoais vinculam-se a essa participação, e apesar de, evidentemente, essas também estarem ligadas a acontecimentos de caráter privado, *não são deixadas a ver...* Narrativas como a de Baltasar, até mesmo pela sua trajetória política, não demonstram que os “detalhes do privado” sejam importantes na construção de um enredo sobre o passado.⁶¹ Mas, pelo que pude analisar, não só homens que tiveram uma participação política efetiva em cargos públicos constroem narrativas que mobilizam, com mais ênfase, a política local. Alvino Timm, por exemplo, além de trazer detalhes sobre vários acontecimentos, entre eles a época da Nacionalização, ao falar sobre a cidade na década de 1940, comparativamente a tantas outras entrevistas que analisei, dá maior espaço para os fatos e ações dos políticos daquele momento:

[...] Joinville foi engatinhando assim devagarzinho, porque pouca gente tinha dinheiro e Joinville começou a crescer foi de 45 pra cá. Até 45 Joinville tava sempre assim [...] não tinha, não tinha progresso. Porque aqueles que tinham dinheiro, ninguém queria se arriscar, porque naquele tempo ninguém tinha certeza. Então, aí então 1945, que quando na época, que quando esse João Colin [...] quando esse entrou de prefeito, mudou, o panorama de Joinville. [...] Até ali Joinville era uma Colônia. Então naquela época era assim, filho daqueles imigrantes que tinham indústrias e tinham essas coisas, eles não se metiam na política. Então, eles não queriam saber daquilo, política para eles era uma, é, é, era uma coisa que eles não gostavam. [...] Aí ele se candidatou a prefeito e, e aí ele entrou lá dentro, ah!, ah!, aí Joinville começou andar. Agora, um homem, prefeito como aquele, eu tô com toda essa idade, conheci desde todos os prefeitos, um homem igual aquele nunca mais Joinville vai botar[...].⁶²

Convém lembrar que o nome de João Colin é, às vezes, lembrado pelas(os) entrevistadas(os), mas narrativas encadeadas com esse caráter de mudanças políticas, como a de Alvino, não são as mais comuns. Ainda em relação às narrativas masculinas, quando voltadas para as questões do espaço público, não se trata de um sentido público difuso, como tudo que está para além da porta da sua casa, pois esse público está por vezes marcado pelo seu espaço de trabalho: a empresa, a fábrica, ou ainda, quando saiu de determinada empresa, quando se aposentou.

Os ambientes de trabalho, mesmo quando não são em espaços formais, como as fábricas, também são significativos para a ordenação da memória. Paulo Witt, ao ser perguntado se lembrava do período da Nacionalização, respondeu rapidamente: “Me lembro. Naquele tempo eu era até gaitero, porque eu tocava muita música [...] tinha orquestra também [...]”.⁶³ Um outro exemplo significativo é a história narrada por Eugênio Boehm, que apresenta uma narrativa sobre o período da Segunda Guerra, a partir dos trabalhos desenvolvidos na olaria de seu pai, onde ele também trabalhou. Lembra do medo que sentiu ao ser chamado ao 13° BC, na realidade por causa das telhas, mas antes de saber o motivo, segundo ele: “baixou a minha coragem”. Na entrevista, menciona alguns aspectos do período, como o fato de estarem perseguindo nazistas, mas o interessante é que a narrativa principia com a história da olaria:

[...] na olaria do meu pai eu fiz este tijolo. Esse tijolo foi achado no Batalhão, que nós fornecemos todo o material para a construção do Batalhão em todas as dependências lá e um dia me chamam lá [...] me chamaram e nós távamos fornecendo até hoje e eu não fui. [...] No terceiro dia então ele disse se você não vem então nós vamos buscar o senhor [...] fizeram uma reunião todos os comandantes lá, todos os oficiais. O seu nome? Eugênio. É ele mesmo! Pus, aí baixou a minha coragem. E você nasceu então? Eu nasci lá, tá... tá... Você trabalhou uma vez em olaria? Disse: Ah! O meu pai era oleiro. É ele mesmo, disse um outro com ele: é ele mesmo. [...] E no fim ele disse você conhece esta telha. Eu disse: olha, mas isso não estava quebrado, estava inteirinho. Estas quebraram aqui depois. Eu disse: é, é telha que nós fazíamos, que eu fazia. Eu fazia na olaria do meu pai. [...] é ele, é ele, é ele. E depois desta me deram a mão [...].⁶⁴

Estar atenta às singularidades de narrativas de homens e mulheres é uma entre outras perspectivas, ou seja, podemos nos dedicar a pensar essa memória em uma das suas possibilidades, através das “marcas de gênero”,⁶⁵ que não exclui nem a de etnia, nem a de classe social, mas mobiliza, por meio das entrevistas, este aspecto gênero. E, por ser este relacional, deve-se também estar atento às narrativas masculinas, mas de uma forma “periférica”, pois, por uma “escolha” teórica e metodológica, evidenciaram-se as vozes femininas. Falas que inferem sobre uma infinidade de temáticas das quais mobilizo, especialmente, as referentes à Campanha de Nacionalização e ao Centenário. Não se trata, portanto, de *a priori* entender a memória como uma tipologia – masculina ou feminina – decorrente do sexo de quem rememora. Não significa simplesmente perceber as diferenças como algo dado (pois são “fabricadas” de forma relacional), mas perceber que se muitas vezes homens e mulheres viveram suas experiências de forma diferente, no ato de rememorar, essas “diferenças” podem se fazer presentes. Dessa forma, entendo que as pessoas – homens e mulheres – “experimentam suas situações” e que “também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura” (THOMPSON, 1981). Assim, as memórias são carregadas de marcas de vida e essas marcas revelam também as experiências diferentes de homens e mulheres. E grande parte das experiências de cada pessoa ainda está ligada aos papéis que são desempenhados na sociedade.⁶⁶

Se atualmente podemos verificar algumas modificações nos papéis femininos e masculinos, com um número maior de homens aproximando-se de antigas tarefas “tidas como femininas” ou, ainda, se no chamado espaço público as mulheres cada vez mais se fazem presentes, convém ressaltar que não era essa a realidade da época que estou analisando. Apesar de também estarem no espaço público, nas ruas, nos comércios, nas fábricas, nos desfiles, era no espaço privado que mais eram evidenciadas. Na década de 1930, assim como nos “anos dourados” de 1950, o papel feminino que a sociedade almejava (e prescrevia) era o da boa esposa, mãe e dona de casa.⁶⁷ As experiências dessas mulheres que entrevistei são então também marcadas por esses papéis. Evidentemente, elas falam do passado no presente e, possivelmente, essas questões relacionadas ao Centenário, por exemplo, ainda não tinham sido problematizadas por elas. Dessa forma, ao narrarem sobre o passado, essas mulheres também mesclam as alterações que os papéis femininos sofreram nas últimas décadas. Todavia, mesmo as mulheres que “naquele tempo” transitavam da mesma forma entre o público e o privado falam de si muito mais a partir das histórias do privado, enfatizando quais eram os papéis femininos “no seu tempo de juventude”. Assim, as memórias dessas mulheres vão aos poucos evidenciando, com “suas marcas”, outras histórias sobre os “tempos da cidade”.

Abstract: This article presents two specific moments of the history of the city of Joinville (SC), especially from different women's memories that lived experiences permeated by the difficulties faced during the Nationalization Campaign (1938 – 1945) and, afterwards, by the commemorations of the first centenary of the city (1951). Listening to the different narratives was extremely interesting because the official speeches about these two moments of the city's history gained, from Maria, Walta, Jutta and Helena's memories, among others, plots that go further than a history of traumas or commemoration.

Keywords: feminine memory; nationalization campaign; Joinville's Centenary.

(Recebido e aprovado para publicação em dezembro de 2004.)

Notas

* Algumas reflexões apresentadas neste texto foram desenvolvidas em *Tempo de lembrar, tempo de esquecer*. As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. (SILVA, 2004).

¹ CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002. Nasceu em Joinville, em 19/6/1926. Destaca-se que optei por “limpar” um pouco as citações das entrevistas, mas procurei na versão escrita deixá-las o mais próximo possível das falas das entrevistas. O único objetivo é facilitar a leitura de fragmentos de belas e tristes histórias que estas pessoas carinhosamente compartilham.

² RICHLIN, Helena R. E. G. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 maio 2002. Nasceu em Joinville, em 21/7/1923. É descendente de imigrantes dinamarqueses e seu marido era descendente de imigrantes suíços.

³ Sobre a presença de uma elite luso-brasileira, ver THIAGO (1988).

⁴ Destacam-se entre os decretos nacionalistas os seguintes: Decreto-Lei n° 341, de 17/3/1938, que regulava a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio, para estes abrirem firma no país; Decreto-Lei n° 383, de 18/04/1938, que vedava as atividades e organização política de estrangeiros; Decreto-Lei n° 389, de 25/4/1938, que regulava a nacionalidade brasileira; Decreto-Lei n° 392, de 27/4/1938, que regulava a expulsão de estrangeiros, quando estes comprometessem a segurança nacional; Decreto-Lei n° 406, de 4/5/1938, que regulamentava a entrada de estrangeiros no território nacional; e Decreto-Lei n° 868, de 18/11/1938, que ao criar no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário, buscava organizar uma ampla nacionalização do ensino primário, incluindo “todos os núcleos de população de origem estrangeira”, e com isso acabava reprimindo as práticas culturais dessas populações. LEX. Coletânea de Legislação. Legislação Federal e Marginalia. São Paulo: LEX, ano II, 1938. BU.

⁵ Sobre os diferentes momentos em que a questão do “perigo alemão” foi problematizada, ver Frotscher (2001, p. 423-479).

⁶ Todavia isso não significa dizer que homens só lembram do espaço público e que mulheres só lembram do espaço privado. Maria Bernadete Ramos Flores, por exemplo, ao tematizar a memória feminina das festas açorianas no Sul do Brasil, lembra-nos a importância de acrescentar ao “caráter sexuado” questões como classe, cultura e as experiências, assim como as “trajetórias individuais de vida”, pois a rememoração feminina não se reduz ao tempo circular e tampouco se restringe ao privado (FLORES, 1995, p. 135).

⁷ BLEY, Maria da Luz Maia. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 4 abr. 2000. Nasceu em Lages (SC), em 22/9/1908, já falecida. O pai era de origem alemã e a mãe de origem portuguesa. Veio morar em Joinville em 1942. No decorrer da pesquisa, realizei entrevistas com 16 mulheres e 3 homens. Ainda analisei mais 31 entrevistas, com homens e mulheres, dos acervos do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE (LHO) e do Arquivo Histórico de Joinville (AHJ).

⁸ Sobre a importância da história oral como uma “revanche das mulheres”, ver: Perrot, 1984, 1989 e 1998. E, compreendendo que a construção de significados está também relacionada à questão de gênero, além dos trabalhos de Michelle Perrot, igualmente destacam-se as reflexões de Thébaud, 1998 e Baillargeon, 1993.

⁹ Sobre a utilização da categoria gênero pelas historiadoras, ver Pedro (1994, p. 35-44).

¹⁰ Em relação a esse possível “encadeamento”, ver Kofes e Piscitelli (1997, p. 343-354).

¹¹ As perguntas versavam sobre: se elas haviam sentido diferenças na cidade com a Campanha; se lembravam daquele momento; se tiveram problemas com o fato de não poder falar o alemão; no caso das brasileiras, perguntava se conheciam pessoas que sofreram por não poderem falar o alemão; se conheceram pessoas que foram presas ou sofreram castigos físicos durante aquele período; se culturalmente a cidade mudou muito após o fechamento dos clubes, escolas e os diferentes espaços de sociabilidades fundados desde o século XIX pelos imigrantes; como foram os preparativos para as comemorações do Centenário; se elas se envolveram; qual era a impressão dos(as) moradores(as) em face dos discursos de uma festividade “grandiosa”; como foram os festejos; se “sentiam-se” pertencentes àquela “festa” etc.

¹² Todavia, tal postura não significava que aquelas pessoas desmereciam as questões nacionais. Para uma melhor compreensão dessa postura, ver Seyferth, 1981.

¹³ Em nível estadual, salienta-se a efetiva atuação do interventor Nereu Ramos para garantir o “sucesso” da Campanha em Santa Catarina. Nereu Ramos assumiu o governo do estado em 1/5/1935, foi nomeado pelo presidente Getúlio Vargas interventor Federal do estado de Santa Catarina, tendo a nacionalização do ensino como uma das prioridades do seu governo.

¹⁴ O período do Estado Novo e a Campanha de Nacionalização em Santa Catarina vêm sendo abordados por diferentes estudiosos, sob as mais variadas perspectivas de análise, ver Bitencourt (2002), Campos (1992, 1998) e Frotscher (2003). E, sobre o germanismo, nazismo e integralismo fornecerem uma justificativa para a ação estatal conhecida como Campanha de Nacionalização, ver Falcão (2000), Frotscher (2001), Gertz (1987, 1991) e Perazzo (1999).

¹⁵ Em relação à Campanha de Nacionalização na cidade de Joinville, ver Bruhns (1997), Coelho (1993) e Cristofolini (2002).

¹⁶ No período da Nacionalização foi a 5ª Região Militar, sediada na cidade de Curitiba, no estado do Paraná, auxiliada pelo 13º Batalhão de Caçadores, de Joinville, atual 62º Batalhão de Infantaria, responsável por efetivar a Campanha na cidade.

¹⁷ Michelle Perrot apresenta uma interessante reflexão sobre as esferas público/privado e as relações entre os sexos, ver Perrot (1998).

¹⁸ RICHTER, Irma. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 1998. Nasceu em Joinville, em 1911. Descendente de imigrantes, os avós paternos eram austríacos.

¹⁹ PRUNER, Gerda. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 out. 1998. Nasceu em Joinville, em 16/9/1915, faleceu em 2003. Seus antepassados migraram da Alemanha no século XIX.

²⁰ SILVA, Andreлина Gomes da. *Entrevista concedida à autora*. Rio Negro (PR), 19 fev. 1999. Nasceu em Joinville, em 4/2/1924. Filha de um pernambucano e de mãe joinvilense, descendente de “caboclos” que vieram de São Francisco do Sul (SC) para Joinville. Mudou-se com sua família para a cidade de Mafra (SC) em novembro de 1937 e, posteriormente, para a cidade vizinha, Rio Negro (PR), onde reside até hoje.

²¹ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

²² ROSSI, Annemarie Brosig. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 1998. Nasceu em Joinville, em 1916. Descendente de imigrantes, o pai era alemão. Casou-se com descendente de imigrantes italianos.

²³ Ibidem.

²⁴ PIAZERA, Walta. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 14 ago. e 12 set. 2000. Nasceu em Tijucas (SC), em 7/5/1923. Os avós maternos vieram da Alemanha, mas, segundo ela, também tinha uma “mistura” com poloneses. Já os antepassados paternos eram italianos e portugueses.

²⁵ A “Escola Alemã”, criada em 1866 e fechada através de decreto do Interventor Federal Nereu Ramos, em 1938, foi um espaço importante na formação de muitos joinvilenses. Esta escola é citada em diversas entrevistas, mesmo por pessoas que lá nunca estudaram.

²⁶ PIAZERA, Walta. op. cit.

²⁷ PIAZERA, Walta. op. cit.

²⁸ WENCK, Margrit. *Entrevista concedida a Dilney Fermino Cunha e Milton Benkendorf*. Joinville, 10 abr. 2001. AHJ. Nasceu em Joinville, no início da década de 1930. Descendente de imigrantes austríacos e suíços, estes últimos chegaram a Joinville logo no início da colonização, em 1855.

²⁹ PIAZERA, Walta. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 14 ago. e 12 set. 2000. Nasceu em Tijucas (SC), em 7/5/1923. Os avós maternos vieram da Alemanha, mas, segundo ela, também tinha uma “mistura” com poloneses. Já os antepassados paternos eram italianos e portugueses.

³⁰ SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 abr. 1996. Nasceu em Joinville, em 6/1/1906. Seus pais vieram para Joinville na década de 1880.

³¹ CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002. Nasceu em Joinville, em 19/6/1926. Grifos nossos.

³² Especialmente sobre esta questão da língua para a população de origem alemã no Sul do Brasil, ver CAMPOS, 1998.

³³ KORTMANN, Margarida. Entrevista concedida a Irene Sprung. Joinville, 7 out. 1998. AHJ. Nasceu em São Francisco do Sul (SC), em 13/1/1936 e veio morar em Joinville com aproximadamente quatro anos de idade.

³⁴ RICHTER, Irma. Entrevista citada.

- ³⁵ MACHADO, Leonora Busch. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 4 dez. 2001. Nasceu em Joinville, em 25/11/1916. Descendente de imigrantes alemães.
- ³⁶ PIAZERA, Walta. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 14 ago. e 12 set. 2000.
- ³⁷ VOOS, Herbert; VOSS, Elly. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Dietlinde Clara Rothert e Dilney Fermino Cunha*. Joinville, 27 nov. e 4 dez. 1997. AHJ. Herbert nasceu em 1924, é descendente de imigrantes alemães e Elly é descendente de imigrantes suíços.
- ³⁸ Hospital psiquiátrico fundado em 1923 e que em 1942 foi transformado em prisão, ver Fontoura (2000).
- ³⁹ PIAZERA, Walta. op. cit.
- ⁴⁰ Especialmente sobre memórias referentes ao período da Segunda Guerra, no estado de Santa Catarina, ver FÁVERI (2002).
- ⁴¹ KÖHN, Regina. *Entrevista concedida a Priscila Ferreira Perazzo*. Joinville, 17 ago. 2001. Nasceu em Joinville, no distrito de Pirabeiraba, em 1930. Descendente de imigrantes, o avô materno era da Alemanha.
- ⁴² SCHULTZE, Hildegard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 2000. Nasceu em Joinville, em 19/1/1934. Descendente de imigrantes alemães, sempre morou no Jativoca, região rural da cidade.
- ⁴³ CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002.
- ⁴⁴ KÖHN, Regina. op. cit.
- ⁴⁵ Salienta-se que a riqueza e a diversidade referentes à programação do Centenário foi discutida em Silva, 2004.
- ⁴⁶ SCHATZMANN, Edgard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 29 abr. 2003. Nasceu em Joinville, no distrito de Pirabeiraba, em 15/9/1940.
- ⁴⁷ BLEY, Maria da Luz Maia. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 4 abr. 2000.
- ⁴⁸ RUBIM, Ema Augusta; RUBIM, Rute. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi, Edgar Schatzmann e Dietlinde Clara Rothert*. Joinville, 28 ago. 2001. AHJ. Emma nasceu em 25/1/1920, na Estrada do Sul, em Joinville.
- ⁴⁹ SCHULTZE, Hildegard. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 11 out. 2000.
- ⁵⁰ CERCAL, Manoel de Oliveira; MEYER, Maria de Lourdes Cercal; ARAÚJO, Maria Luíza Cercal de; e, CERCAL, Flávio Lúcio de Oliveira. *Entrevista concedida a Janine Gomes da Silva e Jeisa Rech*. Joinville, 10 set. 2002. AHJ.
- ⁵¹ RICHLIN, Helena R. E. G. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 10 maio 2002.
- ⁵² Ibidem.
- ⁵³ CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002
- ⁵⁴ RICHTER, Irma, Entrevista citada.
- ⁵⁵ MOKROSS, Anneliese Ilse. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 22 nov. 2000. Nasceu no Rio de Janeiro em 14/12/1936, sua mãe era joinvilense, descendente de imigrantes e seu pai da cidade de Breslau. Foi para a Alemanha com aproximadamente três anos de idade, só retornando para Joinville depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

⁵⁶ ROSSI, Annemarie Brosig. Entrevista citada.

⁵⁷ CUNHA, Jutta Hagemann da. Entrevista citada.

⁵⁸ MOKROSS, Anneliese Ilse. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 22 nov. 2000.

⁵⁹ CUNHA, Jutta Hagemann da. *Entrevista concedida à autora*. Joinville, 17 abr. 2002.

⁶⁰ BUSCHLE, Baltasar. *Depoimento concedido à autora*. Joinville, 2 jun. 2003. Nasceu em São Bento do Sul (SC), em 1918, veio para Joinville em 1932. Foi presidente da Comissão de Finanças da SAJ.

⁶¹ E, reservadas as especificidades, as mesmas observações podem ser verificadas em outras entrevistas, como por exemplo: BUSCHLE, Baltasar. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 9 maio 1996. LHO; FALLGATTER, Helmut. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 24 set. 1984. LHO (Nasceu em 29/8/1909, descendente de imigrantes que vieram para o Brasil em 1863. Foi prefeito de Joinville de 1961 a 1966); LARGURA, Aristides. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Balneário Camboriú (SC), 5 e 6 mar. 1982. LHO (Descendente de imigrantes italianos, nasceu em Rio dos Cedros (SC), em 29/11/1906, veio para Joinville no final da década de 1920 e foi eleito prefeito, tendo exercido o cargo de 5/4/1936 a 5/1/1938); e OLIVEIRA, Carlos Gomes de. *Entrevista concedida a Eneida Raquel S. Thiago*. Barra Velha, 24 jul. 1978. AHJ (Nasceu em 12/10/1894, foi eleito para vários cargos políticos, chegando a ser eleito senador da República). Salienta-se que essas entrevistas são de “histórias de vida” e, de certa forma, apresentam mais detalhes sobre as lembranças pessoais, mas, mesmo assim, sobressaem as informações sobre o espaço público e político.

⁶² TIMM, Alvino; TIMM, Alida. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 12 maio 1998. AHJ. Alvino nasceu em 29/1/1910 e seus avós vieram da Alemanha. A participação da sua mulher na entrevista, especialmente no trecho citado, limita-se a concordar com o marido, não inferindo sobre as mudanças políticas da época.

⁶³ WITT, Paulo. *Entrevista concedida a Maria Judite Pavesi*. Joinville, 5 maio 2000. AHJ. Nasceu em janeiro de 1924. Esta entrevista tematizou, principalmente, seus trabalhos na construção de engenho, serrarias e também na produção de farinha de mandioca e araruta, em região rural da cidade.

⁶⁴ BOEHM, Eugênio. *Entrevista concedida a Dúnia de Freitas*. Joinville, 11 jun. 1984. LHO. O entrevistado nasceu em 24/10/1902.

⁶⁵ Sobre o conceito de gênero como categoria de análise, ver MATOS (1997, p. 73-91), RAGO (1998, p. 21-41) e SCOTT (1990).

⁶⁶ Ainda em relação a esta questão, parecem-me oportunas as palavras da historiadora Françoise Thébaud: “[...] Percebemos, ao entrevistar mulheres, que suas referências temporais, ou que as referências temporais dos indivíduos, são sempre ligadas a suas experiências e à importância dada a esse ou àquele tipo de vivência. As mulheres, notadamente as que ficaram em casa durante toda a vida, têm referências temporais ligadas a suas maternidades, e isso pode ser considerado como uma das características da memória feminina. Ela desaparecerá quando todas as mulheres trabalharem fora? Não sei, porque a maternidade ainda é uma experiência importante para as mulheres. Mas me parece que falar de memória específica feminina ou masculina pode ir muito longe, e existe aí um risco de naturalização dos sexos. Eu penso que há memórias específicas de cada indivíduo em função de suas experiências vividas.” (SILVA, 2003, p. 214).

⁶⁷ Sobre os “papéis femininos” na década de 1950, ver BASSANEZI (1997, p. 607-639).

Referências

- BAILLARGEON, Denyse. Histoire orale et histoire des femmes: itinéraires et points de rencontre. *Recherches féministes*, Québec, v. 6, n. 1, p. 53-68, 1993.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.
- BITENCOURT, João Batista. *Estado Novo, cidade velha: o governo ditatorial de Vargas desde Laguna*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRUHNS, Katianne. *Espaços de sociabilidade e o idioma: a Campanha de Nacionalização em Joinville*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, UFSC, Florianópolis, 1997.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, UNICAMP, Campinas, SP, 1998.
- _____. *Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, PUC-SP, São Paulo, 1992.
- COELHO, Ilanil. *Joinville e a Campanha de Nacionalização*. 1993. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, UFSCAR, São Carlos, 1993.
- CRISTOFOLINI, Nilton José. *Nacionalização do ensino: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. 2002. . Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2002.
- FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: UNIVALI, 2000.
- FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2002.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 117-142, 1995.
- FONTOURA, Arselle de Andrade da. Aqui 'jaz' um hospital. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.) *Histórias de (I)Migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Univille, 2000. p. 77-104.
- FROTSCHER, Méri. *Da celebração da etnicidade teuto-brasileira à afirmação da brasilidade: ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2003.

- _____. A cultura alemã como 'ameaça' à cultura brasileira: nacionalização e conflitos culturais em Santa Catarina. In: RAMOS, Maria Bernardete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Org.) *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos, 2001. p. 423-479.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- _____. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memória de 'histórias femininas, memórias e experiências'. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 8-9, p. 343-354, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero e história: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1997. p. 73-91.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.
- PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1998.
- _____. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- _____. (Org.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris: Rivages, 1984.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.) *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.
- SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2004.
- _____. Sobre a "aventura intelectual da história das mulheres": entrevista com Françoise Thébaud. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 195-216, jan./jun. 2003.

GÊNERO

THÉBAUD, Françoise. *Écrire l'histoire de femmes*. 2. ed. Fontenay-aux-Roses: ENS, 1998.

THIAGO, Raquel S. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoal e políticos com o passado do Exército Nacional. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 277-296, fev. 1998.